

29 NOV 1987

JORNAL DO BRASIL

Ricardo A. Setti

# O vice enfim se vai

Vice. Presidência da República (ANC) P&A

Um obscuro vice-presidente dos Estados Unidos no século passado, com a franqueza rude que ostentavam os políticos americanos antes da era da televisão, definiu seu cargo como valendo "tanto quanto um balde de cuspe". De fato, se abstrairmos os exageros, o vice-presidente americano é um eterno mandatário em busca de como preencher o mandato, não tendo, como a realeza britânica, sequer uma movimentada agenda de fitas de inauguração para cortar, sob os holofotes da imprensa. Um pobre diabo institucional, como alguém já o chamou. Ocorre, porém, por uma dessas ironias de que a história está repleta, que este quase joão-ninguém político é, efetivamente, o regra-três do ocupante do cargo mais poderoso do planeta — e, ao longo de dois séculos de história de presidentes americanos, ele tem saído do banco de reservas para entrar em campo com notável assiduidade.

Desde que George Washington foi eleito, em 1788, nada menos que 12 dos 40 presidentes foram vices que acabaram sentando no trono republicano por excelência. A alguns deles, por sinal, a história reservaria um papel crucial. Basta lembrar Andrew Jackson, que sucedeu a Lincoln com a missão de juntar os cacos de um país dilacerado pela guerra civil, ou Harry Truman, que, com a morte de Roosevelt, terminou de conduzir os Estados Unidos à vitória na Segunda Guerra Mundial e tomou a dramática decisão de utilizar pela primeira vez a bomba atômica. Mais recentemente, Lyndon Johnson, sucessor do leme que John Kennedy conduziu sob o enlevo da opinião pública, foi quem engalfou o país no pântano do Vietnã, e a Gerald Ford, um vice que não tinha sido eleito pelo povo, coube a penosa tarefa de conduzir os americanos a acreditar de novo na instituição da Presidência, após o mar de lama de Watergate.

Em nossa sofrida República, a única função visível dos vice-presidentes tem sido protagonizar ou servir de pretexto para crises. Já começamos muito mal: o primeiro vice, Floriano Peixoto, deu um golpe de estado e governou como um ditador. Delfim Moreira, que foi empossado porque o ex-presidente Rodrigues Alves morreu antes de assumir aquele que seria seu segundo mandato não consecutivo, tinha saúde física e mental tão precária que seu governo foi virtualmente tocado por ministros. Os exemplos de problemas se sucedem em série. Café Filho era totalmente

incompatibilizado com as forças getulistas a que sucedeu. A João Goulart aconteceu, depois do trêfego período janista, aquilo que todo mundo sabe. Com o golpe de 1964, José Maria Alkimin foi vice tão insignificante e decorativo que nem os colecionadores futuros de memorabilia política vão se lembrar que ele ocupou o cargo. Pedro Aleixo, o vice do Marechal Costa e Silva, foi escolhido numa espécie de homenagem dos militares ao setor civil que apoiou sua subida ao poder — mas, na hora em que o cargo vagou, sofreu o vexame de ser preterido por uma junta militar.

O brasileiro, como se sabe, iguala o vice-campeonato mundial de futebol à humilhação de lanterninha e acha que medalha de prata não compensa uma ida às olimpíadas. Vai ver esse desconforto nacional com a posição de vice tem algo a ver com a feia sina do cargo de vice-presidente. O fato é que na política vice serve no máximo para compor chapa. Lembrem-se do caso do hoje ministro Aureliano Chaves? Ele foi um aplaudido contraponto civil à carrancuda indicação do general João Figueiredo à Presidência. No poder, a relação não tardou a azedar, sobretudo porque Aureliano insistia em pegar no pesado sempre que o presidente, um tanto hostil às durezas do posto, viajava para o exterior. Daí para ficarem, emburrados, um de costas para o outro durante todo um longo desfile de 7 de setembro foi um passo — e o pior é que o país inteiro viu, pois a televisão mostrou tudo, ao vivo e em cores.

De vice em vice, a República chegou até o presidente José Sarney. A Nova República, por ironia, começaria com um vice, e não estará longe da verdade quem atribuir boa parte de tudo que aí está a esse — sem trocadilho — vício de origem. Afinal, liderança e carisma não se transmitem pela letra da Constituição, e o destino acabou fazendo com que Tancredo Neves, detentor de uma legitimidade especialíssima, que não lhe vinha da Constituição do regime anterior, levasse consigo boa parte das chaves da transição política.

Talvez seja com base em considerações desse tipo que a Comissão de Sistematização tenha banido, do texto que vai ao plenário da Constituinte nos próximos dias, o cargo maldito.

Caso alguém não tenha percebido a amputação é só dar uma lida no "Cabral-3". Está tudo lá, entre os artigos 90 e 94. Se depender só disso, o futuro regime vai ter, em relação aos anteriores, um problema a menos.

Ricardo A. Setti é editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo